FUNCIONÁRIO PÚBLICO — DESAPARECIMENTO — AUXÍLIO-FUNERAL — PENSÃO PROVISÓRIA

— Em se tratando de servidor desaparecido em acidente ou naufrágio, não há que se cogitar da concessão do auxílio funeral à família; cabe-lhe, porém, a pensão provisória prevista em lei.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 9.010-56

No anexo processo, cogita-se da possibilidade de conceder-se auxílio-funeral à viúva do ex-servidor desaparecido no mar, em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas funções.

2. Trata-se do ex-Condutor de Operações de Fabricação, ref. 18, da Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalista da Fábrica de Realengo, do Ministério da Guerra, Isidoro Manoel do Bonfim, e o acidente em que pereceu se verificou em 23 de fevereiro de 1951.

3. O desaparecimento do corpo da vítima se caracterizou através de atestado de óbito fornecido, em 29-8-56, pelo Cartório do Registro Civil da 12.^a Circunscrição do Distrito Federal, após haver salientado a Delegacia de Polícia Marítima e Aérea a impossibilidade de fornecer dito atestado, visto como o corpo do servidor acidentado tragado pelo mar, não reapareceu.

4. A Diretoria do Pessoal da Ativa do Ministério da Guerra entende não haver razões que justifiquem, no caso, o pagamento do auxílio-funeral à viúva, uma vez que não houve despesas com o sepultamento.

5. Diversa, todavia, é a opinião da Fábrica do Realengo. No seu entender, a concessão da referida vantagem com o significado de “ressarcimento de despesas com o funeral”, só alcança à pessoa que não seja da família do funcionário, enquanto o deferimento do benefício a membro da família se reveste de caráter tipicamente assistencial. Quanto a êsse aspecto, cita a referida Fábrica parecer emitido por esta D. P., publicado no *Diário Oficial* de 1 de outubro de 1952.

6. O Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939 (antigo Estatuto dos Funcionários), vigente à época da ocorrência de que trata o processo, estabelece, em seu art. 186, parágrafos 1.º e 2.º:

“A família do funcionário falecido será concedida, a título de funeral, importância correspondente a um mês de vencimentos ou remuneração.

§ 1.º A despesa correrá pela dotação própria do cargo, não podendo, por êsse motivo, o nomeado para preenchê-lo entrar em exercício antes de decorridos trinta dias do falecimento.

§ 2.º O pagamento será efetuado pela respectiva repartição pagadora, no dia em que lhe fôr apresentado o *atestado de óbito*, a qualquer das pessoas da família indicadas no art. 270, que houver efetuado o funeral, e que viva ou não às expensas do funcionário”.

7. O atual Estatuto dos Funcionários (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952) deu tratamento idêntico à matéria, apenas inovando quanto à extensão do benefício à família do disponível e do aposentado (art. 156), quanto à hipótese de acumulação de cargos (art. 156, § 1.º) e quanto à concessão da vantagem a pessoa que não seja da família do falecido (art. 156, § 3.º).

8. Através do parecer emitido no Processo n.º DAS-9.643-51 (*D. O.* de 1-10-52), a que alude a Fábrica do Realengo, esclareceu, realmente, esta Divisão que a finalidade do auxílio-funeral:

“... Não é de ressarcimento das despesas do funeral, mas sim a de previdência social, a de auxílio à família”.

9. Conquanto o entendimento acima seja, efetivamente, o que mais se ajusta ao espírito da lei, continuando a prevalecer mesmo após a vigência do atual Estatuto, não aproveita ao caso em exame, pela ausência de requisito fundamental à concessão do benefício.

10. Na verdade, conforme se depreende do disposto no § 2.º do art. 186 do antigo Estatuto ou no § 1.º do art. 156, do atual, a condição *sine qua* para o deferimento da vantagem de que se trata, seja a pessoa da família, seja a estranho, é a apresentação do *atestado de óbito* do servidor.

11. No caso de servidor *desaparecido*, a satisfação dessa exigência constituiria providência assaz demorada, e daí resultaria praticamente inoperante a finalidade de que, no caso, se revestiria a concessão do auxílio-funeral, qual seja a da assistência pecuniária à família do servidor, no momento em que ocorre o seu falecimento. Isso porque aquêle requisito somente se poderia concretizar após o transcurso do prazo taxativamente estabelecido no

art. 99 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, que dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos no Código Civil:

“Poderão os juizes togados admitir justificação para o assento de óbitos de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando não fôr possível encontrar-se o cadáver para exame, passado três anos do successo, e estiver provada a sua presença no local do desastre”.

12. Por outro lado, justamente com o objetivo de amparar a família do servidor desaparecido nas condições acima aludidas, o Decreto-lei n.º 5.782, de 30-8-43, instituiu uma pensão provisória, conforme se depreende do seu art. 1.º:

“Ao cônjuge sobrevivente e, na falta deste aos herdeiros, ou beneficiários do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional, será pago, durante o prazo de três meses, a título de pensão provisória, o vencimento, remuneração ou salário do cargo ou da função, de que era aquêle ocupante e, à título de auxílio, o respectivo provento, se o servidor estiver em disponibilidade ou aposentado”, sem outra exigência senão a constante do seu art. 2.º:

“Art. 2.º A prova de desaparecimento será feita mediante a declaração, devidamente datada, assinada e autenticada, da companhia de trans-

porte terrestre, marítimo, ou aéreo, então utilizado”.

13. Dêse modo, deferir-se a concessão do auxílio-funeral à família do servidor desaparecido em acidente, quando já existe para essa hipótese, outro benefício de idêntica finalidade, previsto em lei, seria admitir a possibilidade de acumulação de vantagens da mesma natureza, o que é inadmissível.

14. E' evidente, pois, não fazer jus a interessada ao auxílio-funeral que pleiteia. No caso, deveria a Administração ter providenciado, logo que se comprovou o desaparecimento do servidor no acidente, o pagamento à viúva da pensão provisória de que trata o mencionado Decreto-lei n.º 5.782, de 1943, tanto mais que o acidente se verificou quando o mesmo se achava em pleno desempenho de suas funções.

15. À vista do exposto, entende esta D. P. que, em se tratando de servidor desaparecido em acidente, naufrágio, etc., não há que se cogitar da concessão de auxílio-funeral à família. Assiste-lhe, todavia, o deferimento de vantagem de natureza idêntica, qual seja a pensão provisória, prevista no Decreto-lei n.º 5.782, de 30 de agosto de 1943.

16. Com êsse parecer, o processo poderá ser restituído à Diretoria Geral do Pessoal do Ministério da Guerra.

D. P., em 11 de março de 1957. — Paulo Pope de Figueiredo, Diretor.

De acôrdo. — Em 13-3-57. — João Guilherme de Aragão, Diretor-Geral.